

## FUNÇÃO AUTOR EM TEXTOS HUMORÍSTICOS

Kelly de Souza Nogueira ·  
(Uesb/CNPq)

Shirley Cristina Guedes dos Santos ·  
(Uesb/Fapesb)

Maria da Conceição Fonseca-Silva ...  
(Uesb/CNPq/Fapesb)

### RESUMO

Neste trabalho, tentamos responder questões relacionadas a função autor em textos desprovidos de nome de autor e textos que circulam no anonimato. Para tanto, mobilizamos pressupostos teóricos da Análise de Discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso. Autoria. Função autor.

### INTRODUÇÃO

Neste trabalho, decorrente do projeto de pesquisa em andamento, intitulado “Análise de Discurso: Foucault e Pêcheux, o diálogo teórico-metodológico e suas repercussões na França e no Brasil”, tentamos responder questões tais como: O que é a função autor postulada por Foucault? Existe ou não relação entre nome de autor e função autor? Como se dá a função autor em textos desprovidos de nome de autor? Para tentar responder a essas questões, mobilizamos alguns dos postulados teóricos de Foucault, delimitando como *corpus* para análise, alguns textos desprovidos de nome de autor. A nossa hipótese de trabalho é que a função autor está presente tanto nos textos que

---

· Bolsista de Iniciação Científica FAPESB/Uesb. Aluna do curso de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista..

· Bolsista de Iniciação Científica FAPESB/Uesb. Aluna do curso de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista.

... Doutora em Lingüística. Líder do Grupo Pesquisa em Estudos Lingüísticos (GPEL) e Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis). Coordenadora do projeto de pesquisa..

---

aparecem com nome de autor quanto em textos que circulam no anonimato.

Segundo Foucault (1969, p. 33), a noção de autor “constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia e na das ciências”. Quando se refere ao autor, Foucault aponta para o *sujeito forma*, ou seja, uma função de existência, um lugar vazio que um indivíduo pode ocupar e que constitui uma unidade primordial quando nos referimos a livros e obras. Mesmo centralizando sua atenção para este *sujeito forma*, o filósofo não descarta a possibilidade de uma análise histórico-sociológica do autor pragmático. Mas, quando analisa o *sujeito forma*, o autor considera que ao desaparecerem, na obra, as características individuais que remetem ao sujeito pragmático, emerge um espaço em que o *sujeito forma* pode aparecer.

Fonseca-Silva (2002, 2003), destaca que o nome de autor, conforme as elaborações teóricas de Foucault, é um nome próprio, mas não um nome próprio como outros, a exemplo de nomes de pessoa. É um nome próprio que, além indicar ou apontar para alguém, é uma descrição. No quadro teórico postulado por esse autor, a relação entre um nome de autor e o que ele nomeia se dá de forma particular. Isso significa que a ligação entre um nome próprio com um indivíduo nomeado e a ligação entre um nome de autor com o que nomeia não se dão da mesma forma e nem funcionam da mesma maneira. A primeira ligação situa-se no pólo da designação e a segunda ligação situa-se, ao mesmo tempo, no pólo da designação e da descrição, como nos leva a entender Foucault (1969, p. 42).

O nome de autor faz com que o texto seja recebido com um certo estatuto na sociedade. Dito de outra forma, como salienta Silva (2002), o nome de autor não pode ser substituído por um nome próprio de pessoa qualquer. Se dissermos que José de Alencar, enquanto indivíduo pragmático, não nasceu em Mecejana, no Ceará e não se mudou para o Rio de Janeiro no ano de 1930, isso não trará conseqüências para o

---

funcionamento do nome de autor José de Alencar, em sua obra. Se dissermos, porém, que José de Alencar não escreveu *Senhora* ou *Iracema*, esses livros perderão suas identidades, já que são encontradas neles características notáveis desse nome de autor, o que lhes dá um certo estatuto. Um nome de autor não é um mero elemento em um texto, mas é o que permite o reagrupamento de um determinado número de textos e a identificação de características comuns que, sob a nomeação de um certo autor, torna o seu modo de ser singular.

Em relação à função autor, Foucault (1969) afirma que há, em nossa sociedade, textos desprovidos da função autor assim como existem textos providos desta função. Para ele, textos a exemplo de cartas particulares, contratos e decretos são desprovidos dessa função autor, pois neles se constata a assinatura de um signatário e não nome de autor, o que poderia caracterizar o modo de existência, de funcionamento e permitir a sua individualização.

Segundo o filósofo, um texto possui um certo número de signos que remetem ao autor e atuam de forma diferente nos textos providos da função autor e em textos desprovidos dela. Em relação aos textos providos da função autor, Foucault (1969, p. 56) atribui quatro traços característicos que podem ser reconhecidos nestes textos.

A primeira característica refere-se ao processo de relação da função autor com o sistema jurídico e institucional que encerra, determina e articula o universo dos discursos. Esta função está relacionada à questão da propriedade e trata de objetos de apropriação. Inicialmente, em nossa cultura, os textos eram transmitidos oralmente e no final do século XVIII e início do século XIX, quando os textos tornaram-se transgressores, eles começaram a ser assinados com um nome de autor na medida em que ele podia ser punido. Sendo este o período em que os autores foram inclusos no sistema de propriedade característico de nossa cultura, eles passaram a compensar o status que recebiam.

A segunda característica está relacionada à questão de verdade. Segundo Foucault (1969), nem sempre foram os mesmos textos que

pediram atribuição. Na Idade Média, os textos, hoje chamados de literários, eram aceitos independentemente de sua autoria, enquanto os textos científicos só tinham valor de verdade se acompanhados pelo nome de autor. A partir do século XVIII, houve uma inversão na questão do valor atribuído pelo nome de autor, ou seja, os textos literários passaram a ser aceitos apenas providos da função autor, enquanto começaram a circular textos científicos no anonimato, o que fez com que a verdade passasse a não estar mais no nome, e, sim, nas provas. Assim a função autor não se exerce de uma única forma sobre todos os discursos e nem da mesma maneira em todas as épocas ou civilizações.

A terceira característica está ligada à questão de criação, em que o autor é uma “espécie de foco de expressão” (Foucault, 1969, p. 53), ou seja, ele se manifesta uniformemente e com mesmo valor nas obras, as quais são marcadas com seu nome. A função autor não se forma da mesma maneira como se dá uma atribuição de um indivíduo a um texto, mas é o resultado de uma operação complexa que se modifica de acordo com as épocas e os tipos de discurso e que dá origem a um ser racional denominado autor. A função autor, portanto define-se por meio de uma série de operações específicas e complexas.

A quarta característica diz respeito aos mecanismos que permitem que um indivíduo possa ocupar diferentes posições de sujeito em um texto. Esta função não remete ao indivíduo real, mas pode dar lugar *várias posições de sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar* no sentido de Foucault (1969; 1969b).

Na ordem dos discursos, como salienta Foucault (1969), determinados autores podem assumir uma posição transdiscursiva, ou seja, são autores não apenas de um livro, mas de uma teoria, de uma tradição, etc. Acrescenta que, a partir do século XIX, surgem autores bem singulares, denominados fundadores de discursividade ou instauradores de discursividade, que produzem algo além de suas obras, seus textos, produzem “a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (1969, p. 68), possibilitam o surgimento de teorias, conceitos, hipóteses, textos análogos ou divergentes aos que eles

instauraram. A título de exemplificação, Foucault cita, Freud e Marx, como instauradores de discursividade, os quais propiciaram a tantos outros pensadores o desenvolvimento de textos análogos e divergentes do que propuseram.

Conforme Foucault (1969), houve uma mudança histórica na questão da marca de autor nos textos literários e científicos como garantia de aceitação e valorização específicas. Como já dito, os textos hoje chamados de literários eram aceitos independentemente de sua autoria, enquanto os textos científicos só tinham valores de verdade se acompanhados pelo nome de autor. A partir do século XVIII, a questão do valor atribuído pelo nome de autor que lhe confere foi invertida: os textos literários são aceitos apenas providos da função autor, enquanto os científicos são aceitos por eles mesmos, e não pelo nome do autor.

Esse filósofo não trata de textos anônimos como provérbios, frases de efeito ou piadas, textos que circulam sem o nome de autor, sustentados por discursos que circulam na sociedade.

Desses textos que circulam no anonimato, escolhemos algumas piadas para discutir como se dá a questão do anonimato e função autor.

**(1)** O deputado recém-eleito pediu ao melhor alfaiate da capital um terno novo para usar no dia da posse. No grande dia, o deputado foi vestir a roupa nova e notou que ela não tinha bolsos. Imediatamente ele telefonou para o alfaiate reclamando o defeito.

— Peraí doutor — disse o alfaiate. — O senhor já viu algum político com a mão em seu próprio bolso?

**(2)** Você sabe como identificar quando um político está mentindo? É quando os lábios dele se movem.

**(3)** Durante a campanha eleitoral, um candidato bostejava fluentemente um repetitivo discurso de promessas e bobagens quando um jumento que assistia o comício começou a zurrar.

— O que é isso? — perguntou o ilustre candidato.

— É o eco — respondeu um dos presentes.

**(4)** Encontraram uma criança recém-nascida em frente ao Congresso Nacional e instalaram uma CPI para descobrir o que havia acontecido e se a criança havia sido feita por lá. Após meses e meses de pacientes e dedicadas investigações, os ilustres membros da CPI chegaram à seguinte conclusão:

1. A criança não é produto do trabalho ou atividade de qualquer das duas casas que compõem o Congresso Nacional em virtude de:

a) Em nenhuma delas nada jamais foi feito com prazer nem com amor.

b) Para o nascimento de uma criança é imprescindível um mínimo de colaboração entre as partes envolvidas, coisa impossível de ocorrer por aqui.

c) A criança encontrada tem pé e cabeça. Ocorre que raramente aqui se faz algo com pé e cabeça.

d) Nove meses é o tempo necessário para que uma criança fique pronta para vir ao mundo. Esse tempo é curto demais para que se conclua algo em qualquer uma destas duas casas.

As piadas supracitadas são de cunho político, ou seja, referem-se à classe política e circulam no anonimato como “verdades” estabelecidas e que traduzem a maneira como os políticos são vistos em um determinado período histórico. Fatos cotidianos de corrupção, desvio de dinheiro público, suborno, manipulação e outros tipos de mau uso do poder são algumas questões tratadas nessas piadas.

Os discursos, na perspectiva de Foucault (1969), são raros. Nesse sentido, podem se repetir sustentando mais de uma piada.

Nas piadas, identificamos a posição de sujeito que trata de político, de eleitor e de criança. Essas posições de sujeito são lugares de subjetivação, os quais os indivíduos, que somos todos nós, podem ou não ocupar.

Há três discursos que sustentam as piadas analisadas. Nas piadas (1), (2), (3) e (4), encontra-se materializado um discurso em que *político é tudo de ruim: político é ladrão; político é encrenqueiro; político é esperto; político é aproveitador; político é manipulador; político é corruptor; político é mentiroso*. Na piada (3), encontra-se, também, materializado um discurso em que *eleitor é burro, fácil de ser enganado*. Na piada (4), encontra-se, ainda, materializado um outro discurso em que *criança é pura; criança é verdadeira*.

Segundo Foucault, os discursos dispersam em várias posições de sujeito e isso pôde ser verificado na análise realizada. *Político é ladrão; Político é encrenqueiro; Político é esperto; Político é aproveitador; Político é manipulador; Político é corruptor; Político é mentiroso. Eleitor é burro. Criança é pura; Criança é verdadeira* são posições e os discursos presentificados nas piadas estão dispersos na sociedade.

Consideramos, por fim, que a função autor está presente tanto em textos que circulam com o nome de autor quanto nesses textos que circulam no anonimato.

## **CONCLUSÕES**

Tentamos mostrar que, apesar de as piadas não possuírem nome de autor, a função autor está presente. Complexa, esta função caracteriza a existência de alguns textos, sustentados por discursos que circulam no interior da sociedade e que funcionam por meio de operações específicas e não apenas pela atribuição de um autor a um texto. Nesse sentido, a função autor está presente no funcionamento dessas piadas. E os indivíduos, ao subjetivarem na posição dessa função, assumem a responsabilidade pelo dizer.

---

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Passagens, 1992. Edição original: 1969.

FONSECA-SILVA. **Nome de autor, função autor e autoria**. In: V Encontro do CELSUL, 2004, Curitiba. **Anais dos Encontros do CELSUL**. Curitiba: UFPR, 2002. v. 1. p. 940-949.

FONSECA-SILVA, M. C. Polifonia, nome de autor e questão de autoria. **Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad**, Barcelona, v. 4, n. 2, p. 33-55, 2003.